

DESIGUALDADES INTERSECCIONAIS NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR E OS IMPACTOS DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Ana Paula Zarth¹; Tássia A. Gervasoni²;

1 Mestranda e Graduada em Direito. IMED. anap.zarth@gmail.com

2 Professora Orientadora. Doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com período sanduíche na Universidad de Sevilla (Espanha). Mestre e Graduada em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professora da Escola de Direito na Faculdade Meridional - IMED. Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado na IMED. tassia.gervasoni@imed.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa analisar as desigualdades interseccionais existentes no ensino superior, no âmbito da docência, apresentando um breve histórico da construção da ordem patriarcal imposta às mulheres na divisão do trabalho e uma breve conceituação de interseccionalidade e sua importância na análise de discriminações sofridas pelas mulheres. Ao longo da pesquisa serão apresentados os dados de distribuição docente no ensino superior, segmentados por Sexo e Raça, demonstrando a atual realidade da docência no ensino superior no Brasil. O objetivo deste estudo é comprovar que a histórica divisão sexual do trabalho impacta até os dias atuais na atuação docente das mulheres no Brasil, bem como, apontar a necessidade de qualificação dos dados de classificação dos docentes, abrangendo em todos os níveis de ensino a distribuição docente por sexo e raça.

2 METODOLOGIA

O método de abordagem utilizado na presente pesquisa é o método indutivo, com análise estatística de dados e aplicação do método monográfico de procedimento e, como técnica de pesquisa, adota-se a documentação indireta por meio de pesquisa bibliográfica. Com esta metodologia, a presente pesquisa objetiva apresentar conclusões com conteúdo mais amplo do que as premissas iniciais.

Os dados apreciados serão os disponibilizados pelo Ministério da Educação, primordialmente do Censo da Educação Superior que é construído pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da Comissão De Aperfeiçoamento De Pessoal De Nível Superior (CAPES). Em alguns momentos da presente pesquisa será adotado o método histórico, com a finalidade de investigar acontecimentos e processos, remontando aos períodos de formação e as suas modificações.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mesmo diante da vasta consolidação dos direitos fundamentais das mulheres nos principais documentos legais internacionais e nacionais, um conjunto de distanciamentos ainda permeia a sociedade. A discriminação de gênero, raça e classe existente na sociedade é o resultado de um conjunto de fatores históricos que levaram à segregação da sociedade tanto nas relações sociais quanto na garantia de direitos fundamentais da pessoa humana. “A ideia de igualdade entre as pessoas difundiu-se pela Europa com o Iluminismo no século XVIII, integrado à Revolução Francesa de 1789”, entretanto, esta igualdade entre homens acabou intensificando ainda mais a desigualdade em relação às mulheres (SCHRUPP, 2019, p. 18). A igualdade a que se referia a luta francesa, por exemplo, não abrangia a igualdade entre homens e mulheres, inferiorizando-as ainda mais.

A construção desta ordem patriarcal onde as mulheres eram submetidas a tarefas de inferiorização e servidão impôs uma divisão sexual no trabalho, constituindo-se tarefas destinadas a homens e tarefas destinadas a mulheres, o que impacta não apenas em sua construção profissional como também nas suas experiências, vidas, relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora (FEDERICI, 2017, p. 232). Entretanto, estes reflexos de segmentação de trabalhos entre homens e mulheres refletem no papel das mulheres na sociedade até os dias de hoje, em especial às mulheres negras. Como aponta Davis, “o enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras, reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão” (1944, p. 17). Nesse sentido, torna-se primordial a análise da inserção das mulheres no mercado de trabalho tanto pelo viés de gênero quanto pelo viés de raça, tratando-se de dois eixos de subordinação, apresentando a importância da interseccionalidade conceituada inicialmente por Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (2002, p.177)

Um fator determinante para a compreensão do conceito de interseccionalidade apresentado por Crenshaw é a capacidade de identificar que nem sempre se analisam grupos distintos (homens x mulheres / negros x brancos) e sim grupos sobrepostos (CRENSHAW, 2012, p. 10). Analisar os impactos discriminatórios de forma sobreposta, considerando todos os níveis de marginalidade a que a mulher está submetida, evidencia de forma mais acentuada a árdua realidade vivenciada por elas.

A persistência das desigualdades educacionais no ensino superior ratifica ainda mais a importância da viabilização de ingresso de grupos historicamente sub-representados neste nível de ensino (SOTERO, 2013, p. 39), tornando ainda mais urgente e pertinente a implementação de medidas que atendam as mulheres que estão inseridas neste contexto interseccional no que diz respeito à igualdade de oportunidades, em especial no acesso ao ensino superior. Nesse contexto identifica-se que no tocante ao acesso ao ensino superior e posterior atuação docente nestas áreas, as mulheres no Brasil estão sofrendo três dimensões sobrepostas de discriminação, demonstrando sua interseccionalidade nas dimensões de gênero, raça e classe.

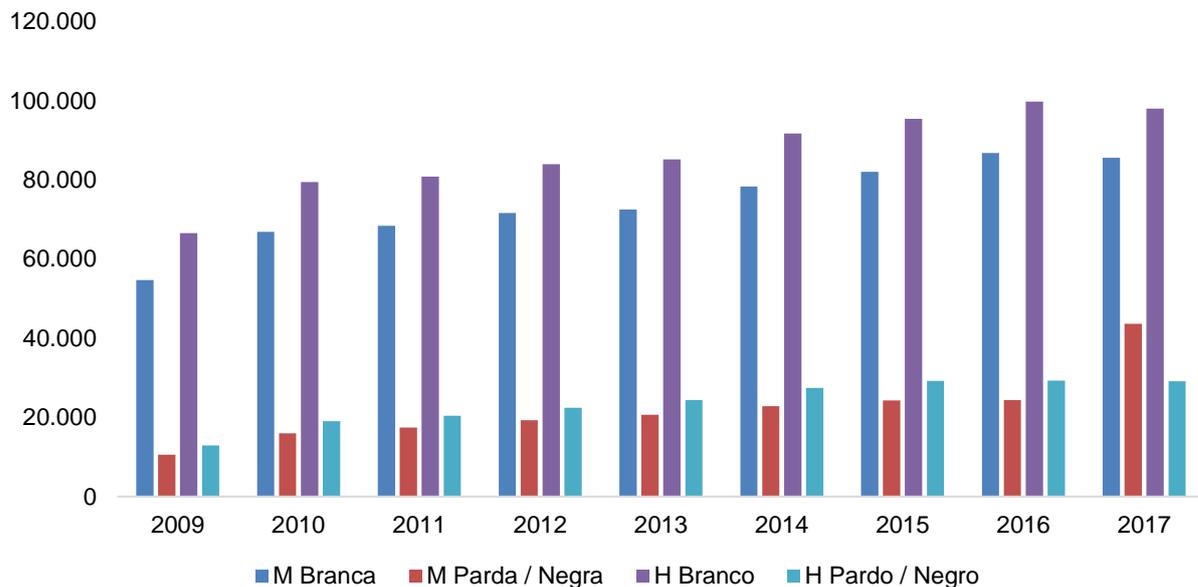
Na dimensão de gênero, ainda há o que Crenshaw denomina como uma característica de invisibilidade interseccional, na qual “experiências específicas de subordinação interseccional não são adequadamente analisadas ou abordadas pelas concepções tradicionais de discriminação de gênero ou raça” (2012, p. 174). Essa dimensão oculta pode ser observada quando se evidenciam cursos específicos ocupados por mulheres e homens na docência do ensino superior, resultado do machismo estrutural consolidado ao longo da história, que destinou profissões específicas a serem desempenhadas por homens e por mulheres.

A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível. O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto que a estrutura que coloca as mulheres na posição de 'receber' tal subordinação permanece obscurecida. Como resultado, a discriminação em questão poderia ser vista simplesmente como sexista (se existir uma estrutura racial como pano de fundo) ou racista (se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo). Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação (CRENSHAW, 2012, p.175).

Auferir a fruição docente da mulher no ensino superior não apenas sob o aspecto de gênero, mas também identificando aspectos de subordinações invisíveis causadas pelo machismo estrutural, evidencia os moldes aos quais as docentes estão submetidas. Conforme apresentado no gráfico abaixo, a distribuição de docentes no ensino superior no período de 2009 a 2017 teve predominância branca e masculina¹, demonstrando que o impacto das limitações históricas impostas às mulheres e negras no tocante ao acesso à educação, que foram preteridas em vários momentos, não se tendo registro de mulheres frequentando universidades até meados do século XIX (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 28), refletem até os dias atuais. Entretanto, nota-se uma variação significativa na representatividade da mulher parda / negra, que passa de 9,72% no ano de 2009 para 24,09% no ano de 2017, tendo uma variação 8,47% superior a variação do homem negro (INEP, 2019).

¹ Na classificação da coleta de dados há a segmentação em não declarados, amarelos, sem informação e indígenas, que correspondem, conjuntamente, por gênero a aproximadamente 38% ao ano.

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR POR SEXO E RAÇA, 2009 A 2017



Fonte: INEP

Elaboração do Gráfico: própria autora.

No tocante ao ensino superior no nível da pós-Graduação *Stricto Sensu*, no ano de 2017, as mulheres correspondem a 42,18% das docentes. Entretanto, este dado que parece aproximar-se de uma igualdade de acesso à docência, demonstra que há uma grande concentração de mulheres em áreas de conhecimentos específicos quanto aos mestrados e doutorados. Essa segmentação apresenta uma divisão sexual do trabalho, que se trata de uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo e tem como característica destinar, de forma específica e prioritária, algumas atividades aos homens (geralmente relacionadas à esfera produtiva) e às mulheres (geralmente relacionadas à esfera reprodutiva) (SÃO PAULO, 2003, pg. 55). Essa divisão histórica pode ser observada ao final do século XVII, onde as mulheres enfrentaram dificuldades para obter qualquer emprego diferente ao que eram destinadas - aqueles com *status* mais baixo: “empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, fiandeiras, tecelãs, bordadeiras, vendedoras ambulantes ou amas de leite” (FEDERICI, 2017, pg. 182). Essa inserção restritiva no mercado de trabalho imposta às mulheres enraíza diversas atividades vinculadas ao seu sexo e pode ser observada, por exemplo, na docência do ensino superior.

O impacto foi ainda maior para as mulheres negras, como por exemplo no “período pós-escravidão americano, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não

enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos. Atividade que as mulheres brancas refutavam” (DAVIS, 1944, pg. 98). Em meados dos anos 1970, a luta das mulheres pela sua libertação² tornou-se um repúdio a essa divisão sexual de trabalho e tudo o que a acompanhava: “a dependência econômica dos homens, a subordinação social, o confinamento a uma forma naturalizada de trabalho não remunerado e uma sexualidade controlada pelo Estado” (FEDERICI, 2019, pg. 206). Diante deste contexto, as mulheres acabaram distanciando-se de algumas áreas de conhecimento e atuação.

A avaliação geral da educação no nível de ensino *Stricto Sensu* é distribuída em 81 áreas de conhecimento, conforme tabela abaixo, e destas áreas, 52 áreas (ou seja, 64,20%) possuem predominância masculina em seu quadro docente. A situação é tão agravante que 21 áreas de conhecimento não possuem nem 30% de docentes mulheres em seu quadro, sendo estes cursos de Engenharias, Física, Matemática e Direito (CAPES, 2019):

Tabela 1 – Percentual de representatividade feminina nas áreas de conhecimento dos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil, 2017:

Áreas de Conhecimento	FEMININO	%	MASCULINO	%	total
Engenharia Naval e Oceânica	1	1,54%	64	98,46%	65
Engenharia Elétrica	184	10,61%	1551	89,39%	1735
Engenharia Mecânica	203	13,54%	1296	86,46%	1499
Física	368	14,43%	2183	85,57%	2551
Engenharia Aeroespacial	38	18,54%	167	81,46%	205
Teologia	62	18,96%	265	81,04%	327
Filosofia	217	20,28%	853	79,72%	1070
Economia	263	20,34%	1030	79,66%	1293
Astronomia	25	20,66%	96	79,34%	121
Ciência da Computação	417	21,23%	1547	78,77%	1964
Engenharia Agrícola	85	21,25%	315	78,75%	400
Recursos Florestais e Engenharia Florestal	125	21,89%	446	78,11%	571
Matemática	627	22,75%	2129	77,25%	2756
Engenharia de Materiais e Metalúrgica	160	23,77%	513	76,23%	673
Engenharia de Transportes	26	24,07%	82	75,93%	108
Engenharia de Produção	220	25,40%	646	74,60%	866
Engenharia Civil	400	27,14%	1074	72,86%	1474
Geociências	353	28,17%	900	71,83%	1253
Agronomia	965	28,69%	2399	71,31%	3364
Direito	714	29,15%	1735	70,85%	2449
Materiais	213	29,71%	504	70,29%	717
Zoologia	309	30,35%	709	69,65%	1018
PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA	58	30,37%	133	69,63%	191

² Ao contrário de um equívoco bastante disseminado, a crise americana não estava limitada às mulheres brancas de classe média. Pelo contrário, o primeiro movimento de liberação das mulheres nos Estados Unidos foi formado, basicamente, por mulheres negras: o Welfare Mothers Movement [Movimento das mães pela assistência social], inspirado pelo Civil Rights Movement [movimento pelos direitos civis], liderou a primeira campanha por um salário para o trabalho doméstico financiado pelo Estado (sob o mesmo pretexto do Aid to Dependent Children), que asservou o valor econômico do trabalho reprodutivo das mulheres e declarou a “assistência social” como um direito das mulheres (apud, FEDERICI, 2019 p. 206).

Engenharia Biomédica	88	32,23%	185	67,77%	273
Oceanografia	55	32,74%	113	67,26%	168
ADMINISTRAÇÃO	1224	33,24%	2458	66,76%	3682
Engenharia de Minas	23	33,33%	46	66,67%	69
Zootecnia	410	34,00%	796	66,00%	1206
Ciência Política	307	34,19%	591	65,81%	898
Educação Física	280	34,70%	527	65,30%	807
Engenharia Sanitária	235	34,76%	441	65,24%	676
Ecologia	599	35,72%	1078	64,28%	1677
Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca	78	36,62%	135	63,38%	213
Engenharia Nuclear	87	36,86%	149	63,14%	236
Química	952	37,12%	1613	62,88%	2565
Geografia	532	38,47%	851	61,53%	1383
Desenho Industrial	163	39,95%	245	60,05%	408
Ciências Ambientais	1144	40,17%	1704	59,83%	2848
Engenharia Química	388	40,76%	564	59,24%	952
Medicina Veterinária	691	40,94%	997	59,06%	1688
Turismo	67	41,10%	96	58,90%	163
Planejamento Urbano e Regional	293	42,34%	399	57,66%	692
Interdisciplinar	3216	43,95%	4101	56,05%	7317
Biotecnologia	803	44,15%	1016	55,85%	1819
Medicina	3040	44,88%	3733	55,12%	6773
Genética	330	45,21%	400	54,79%	730
Fisiologia	377	45,53%	451	54,47%	828
História	969	46,06%	1135	53,94%	2104
Sociologia	555	46,37%	642	53,63%	1197
Odontologia	1057	48,18%	1137	51,82%	2194
Comunicação	434	48,82%	455	51,18%	889
Imunologia	115	49,78%	116	50,22%	231
Artes	690	50,36%	680	49,64%	1370
Bioquímica	472	50,59%	461	49,41%	933
Arquitetura e Urbanismo	456	51,18%	435	48,82%	891
Antropologia	269	51,24%	256	48,76%	525
Arqueologia	33	51,56%	31	48,44%	64
Parasitologia	160	51,78%	149	48,22%	309
Morfologia	106	52,48%	96	47,52%	202
Botânica	327	53,17%	288	46,83%	615
Ensino	1769	54,13%	1499	45,87%	3268
Demografia	37	54,41%	31	45,59%	68
Farmacologia	196	54,44%	164	45,56%	360
Biologia Geral	738	54,59%	614	45,41%	1352
Ciência e Tecnologia de Alimentos	515	55,26%	417	44,74%	932
Biofísica	99	55,31%	80	44,69%	179
Farmácia	849	56,34%	658	43,66%	1507
Microbiologia	250	57,08%	188	42,92%	438
Saúde Coletiva	1625	60,52%	1060	39,48%	2685
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	235	60,57%	153	39,43%	388
Psicologia	1041	61,24%	659	38,76%	1700
Letras	2123	61,34%	1338	38,66%	3461
Ciência da Informação	282	61,71%	175	38,29%	457
Economia Doméstica	11	64,71%	6	35,29%	17
Educação	2826	64,80%	1535	35,20%	4361
Museologia	62	70,45%	26	29,55%	88
Linguística	576	71,46%	230	28,54%	806
Nutrição	438	76,04%	138	23,96%	576
Serviço Social	417	77,80%	119	22,20%	536
Fonoaudiologia	158	84,49%	29	15,51%	187
Enfermagem	1422	85,77%	236	14,23%	1658

Os dados disponibilizados pelos órgãos instituídos pelo Ministério da Educação para consulta e análise do ensino superior (INEP) são categorizados em dados das instituições de ensino, recursos humanos, cursos de graduação presencial, processos

seletivos, matrículas, concluintes, curso a distância, cursos sequenciais e dados de instituições federais. Ainda que estando classificada em diversos destes itens a distribuição por raça e gênero, os dados docentes no âmbito da graduação não são divulgados de forma suficiente.

Mesmo em ferramentas específicas de análises disponibilizadas às instituições de ensino superior, no tocante ao quadro docente, limita-se a distribuí-los por categoria administrativa, organização acadêmica, grau de escolaridade (não apresentando o dado por curso), regime de trabalho, sexo e raça. Já no tocante a docentes vinculados aos programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, os dados disponibilizados possuem um alto nível de detalhamento quanto sua formação e vinculação, entretanto, não são categorizados por raça.

4 CONCLUSÕES

A existência da segregação de áreas de atuação por gênero e da discriminação interseccional oculta na atuação da mulher docente no ensino superior agrava ainda mais sua situação em busca da redução das desigualdades de oportunidades, fruição nos espaços acadêmicos e atuação no mercado de trabalho no Brasil.

A grande dificuldade no acesso aos dados docentes de forma sobreposta e distribuídas por sexo e raça, demonstra uma grave falha por parte do poder público em seu papel de supervisão das instituições de ensino do país, bem como, aponta uma possibilidade de aprimoramento das análises que estão sendo realizadas, com o intuito de efetivamente garantir a redução das desigualdades de gênero no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Primeiros Passos, 1991.

CAPES, Comissão De Aperfeiçoamento De Pessoal De Nível Superior. **Dados Abertos**. Disponível em: < <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2017-a-2020-docentes-da-pos-graduacao-stricto-sensu-no-brasil> >. Acesso em 12 abr. 2020

CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. Cruzamento: raça e gênero. 2012. Disponível em < <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> > Acesso em: 12 abr. 2020.

CRENSHAW, Kimberle. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas. Ano

10 vol. 1, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>
Acesso em: 18 mar. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Caliba e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Notas Estatísticas**: censo da Educação Superior 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas** / Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). - São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

SCHRUPP, Antje. **Uma breve história do feminismo no contexto euro-americano**. São Paulo: Blucher, 2019